

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE – ES

Data de submissão: 05/02/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Gustavo Vieira da Silva

Pesquisador vinculado a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Graduado em Geografia pela UFES
<https://lattes.cnpq.br/4433043848764576>

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por oferecer alimentação escolar para grande parte dos alunos matriculados nas três etapas da educação básica pública do Brasil. Com a criação da lei nº 11.947 de 2019, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) passam a ser, obrigatoriamente, destinados a compra direta de alimentos da agricultura familiar. Desde sua fundação, a agricultura familiar conta com uma grande relevância em Muniz Freire, de acordo com censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o município possui uma população de 17176 pessoas, dessas, 52,87% vivem na área rural do município. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 77% da agricultura do município é familiar, existindo um predomínio de pequenas

propriedades e 27,58% do PIB do município é proveniente desse setor. O objetivo deste trabalho é analisar as influências do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar de Muniz Freire e para o consumo de alimentos no município.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos; PNAE, Muniz Freire; Agricultura Familiar.

THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM (PNAE) AND FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF MUNIZ FREIRE – ES

ABSTRACT: The National School Food Program (PNAE) is responsible for providing school meals to a significant portion of students enrolled in the three stages of public basic education in Brazil. With the enactment of Law no. 11.947 in 2019, a minimum of 30% of the financial resources allocated by the National Fund for the Development of Education (FNDE) to the PNAE must be compulsorily directed to the direct purchase of food from family farming. Since its foundation, family farming has held great importance in Muniz Freire. According to the 2010 demographic census (IBGE, 2010), the municipality has a population of 17.176 people, with 52.87% residing in the

rural area. The 2017 Agricultural Census (IBGE, 2017) reveals that 77% of the municipality's agriculture is family-based, predominantly consisting of small properties. Additionally, 27.58% of the municipality's GDP is derived from this sector. The aim of this study is to analyze the influences of the National School Food Program on family farming in Muniz Freire and its impact on food consumption in the municipality.

KEYWORDS: Food; PNAE; Muniz Freire; Family Farming.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por oferecer alimentação escolar para a maioria dos alunos matriculados nas três etapas da educação básica pública do Brasil. Através do programa é realizada a compra de alimentos fornecidos a milhões de crianças, jovens e adolescentes em todo o país, em muitos casos, diretamente de pequenos produtores rurais. Segundo Alves (2015) o PNAE é uma política pública voltada à promoção de alimentação saudável, adequada aos contextos escolares brasileiros e que garante a segurança alimentar de uma grande parcela da população. Segundo o Censo Escolar de 2022 (Brasil, 2022), nesse ano existiam 38.382.028 alunos de educação básica matriculados na rede pública de ensino, em quase sua totalidade, atendidos pelo programa.

Com a criação da lei nº 11.947 de 2019, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) passam a ser, obrigatoriamente, destinados a compra direta de alimentos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Segundo Alves (2015) essa medida possui grande importância, pois estimula que os camponeses diversifiquem suas produções, com a garantia de que seus produtos serão comprados. Além disso, o PNAE “permite conciliar a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional às crianças e adolescentes em idade escolar com a criação de um novo canal de comercialização para a agricultura familiar” (RODRIGUES et al. 2017).

O Município de Muniz Freire, localizado na região do Caparaó, no sul do estado do Espírito Santo, a 181 quilômetros da capital do estado, Vitória, foi por muito tempo um dos territórios mais isolados do estado, onde “[...] O acesso só era possível a pé ou em lombo de burro, pois só existiam trilhas para tropas, um transporte comum na região até o início dos anos 70” (LAZZARO; XIBLE, 1991, p. 19). Caçador (2017) mostra que mesmo com esse isolamento geográfico, o município contava com certo grau de desenvolvimento. Desde sua fundação, a agricultura familiar conta com uma grande relevância no município, de acordo com censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), Muniz Freire possui uma população de 17176 pessoas, dessas, 52,87% vivem na área rural do município. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 77% da agricultura do município é familiar, existindo um predomínio de pequenas propriedades e 27,58% do PIB do município é proveniente desse setor.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é analisar as influências do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar de Muniz Freire e para o consumo de alimentos no município, buscando entender a relevância dessa política na vida dos pequenos agricultores e da população em geral. O trabalho busca entender a importância do PNAE a partir de três perspectivas principais, sendo elas: como uma importante política de combate à fome, como garantia de uma alimentação de qualidade e de preservação das tradições alimentares do lugar, e como um importante instrumento de compra direta de alimentos, transferindo recursos para a agricultura familiar do município.

METODOLOGIA

Para realizar os objetivos, serão levados em conta os dados dos Censos Agropecuários, em busca de compreender a produção agropecuária do município e sua importância, dados dos Censos Escolares, que revelam diversas informações sobre os alunos atendidos pelo programa, além das chamadas públicas para a aquisição direta de alimentos, a fim de compreender as demandas do poder público impostas aos produtores e os recursos financeiros destinados a esse grupo. Além destes dados obtidos, o trabalho ainda conta com uma revisão de bibliografia sobre o tema.

RESULTADOS

A partir da década de 1960, com o avanço de políticas desenvolvimentistas e com a invenção da “crise” do café, que segundo Scarim (2006) não estava ligada ao preço do grão, mas sim pela forma que o meio rural espírito-santense estava organizado, Muniz Freire passou por diversas mudanças em sua relação com a produção de alimentos. A Tabela 1 mostra que na década de 1960, o município possuía uma grande área de produção dos principais alimentos consumidos por sua população, esse cenário mudou bastante até 2017, alimentos como arroz, feijão e milho tiveram quedas de, respectivamente 100%, 26,76% e 63,30%.

Ano	Arroz ¹	Café ¹	Feijão ¹	Milho ¹
1960	445	10173	1917	3750
1970	1087	5434	2168	5534
1975	1096	5273	3091	4740
1980	393	7368	2020	4705
1985	782	12127	2259	3800
1995	320	9249	1219	2098
2006	80	8205	1264	2048
2017	0	7003	1404	1376

¹área em hectare(h)

Tabela 1 - Área das principais culturas no município de Muniz Freire entre os anos de 1960 a 2017.

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006, 2017).

Nesse contexto de diminuição significativa de produção de alimentos, o PNAE é um importante fomentador da agricultura familiar, demandando uma grande gama de alimentos e incentivando o cultivo de culturas tradicionais no município. A Tabela 2 mostra os produtos contemplados pela chamada pública do PNAE em 2020. É possível observar uma grande variedade de produtos que irão atender, segundo o Censo Escolar de 2021 (BRASIL, 2021), Muniz Freire possuía 3628 alunos matriculados na rede pública de ensino do município, dentre eles 741 matriculados no ensino infantil, 2234 no ensino fundamental e 653 no médio.

Demanda de Alimentos para o PNAE em Muniz Freire em 2020				
Canjiquinha	Pasta de Alho	Pão Caseiro	Batata Inglesa	Inhame
Farinha	Pó de Café	Abóbora madura	Cebolinha Verde	Mandioca
Feijão Preto	Leite	Alface	Cenoura	Pepino
Feijão Carioca	Polpa de Fruta	Banana da Terra	Chuchu	Repolho
Fubá	Bolo Artesanal	Banana Prata	Couve Manteiga	Tomate

Tabela 2 - Demanda de Alimentos para o PNAE em Muniz Freire em 2020.

Fonte: PMMF (2020).

Em 2019, segundo o Ministério da Educação, foram destinados 132.924 reais para a aquisição direta de alimentos da agricultura familiar em Muniz Freire, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em 2022 o total de recursos destinados ao PNAE do município foi de 234.220 reais, que beneficiaram 2458 alunos matriculados na rede pública de ensino. Esses dados mostram que o PNAE fornece alimentos a uma importante parcela da população munizfreirense que, segundo o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), 42,3% da população do município vivia com uma renda per capita menor do que meio salário mínimo. Além disso, o programa transfere recursos federais provenientes do FNDE diretamente para pequenos produtores da agricultura familiar no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar políticas públicas de compra direta de alimentos dos pequenos produtores contribui para a continuação de suas atividades. O PNAE garante que o alimento, que mata a fome de muitas crianças em situação de insegurança alimentar, carregue as tradições alimentares de um município ou localidade onde a escola está inserida. RODRIGUES et al (2017) mostra que o encontro entre a alimentação escolar com a agricultura familiar pode produzir grandes transformações, “ao permitir que alimentos diversificados, sazonais, com vínculo regional e até mesmo orgânicos, produzidos por agricultores familiares, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de educação de todo o Brasil” (RODRIGUES et al. 2017).

Em 2022, 38.382.028 alunos de educação básica estavam matriculados na rede pública de ensino, segundo o Censo Escolar de 2022 (BRASIL, 2022), na maioria dos casos crianças, adolescentes e jovens, que representam uma grande parcela da população, tendo uma ou mais refeições diárias garantidas, em um contexto que o país, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2022), passou a ter 58,7% da população convivendo com um grau de insegurança alimentar em 2022. O PNAE é uma política que está diretamente ligada ao combate à insegurança alimentar e à fome.

Além disso, o PNAE busca privilegiar pequenos agricultores, que muitas vezes têm no programa a certeza que terão demanda pelas suas produções e que vão poder fornecer alimentos para o seu próprio município, facilitando a logística. O programa ainda consegue respeitar as tradições alimentares, com a compra de mercadorias em estabelecimentos próximos dos locais de consumo, garantindo uma alimentação de qualidade nas escolas.

Por fim, o PNAE destina recursos valiosos à agricultura familiar brasileira e deve ser defendido e ampliado, ele consegue fomentar a produção de alimentos em diversas escalas, dando protagonismo a regionalidades e valorizando produtos de qualidade, muitas vezes orgânicos e garantindo que uma grande parte da população brasileira, em sua grande maioria crianças, jovens e adolescentes, tenham a oportunidade de fazer pelo menos uma refeição de qualidade no dia, dentro da unidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiza Santos. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

BRASIL. Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2022.

_____. Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2021.

CAÇADOR, Herbert Soares. **O “GRUPO DOS ONZE”: REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agrícola de 1960: Espírito Santo** – Rio de Janeiro – Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo agropecuário de 1970: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo agropecuário de 1975: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo agropecuário de 1980: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo agropecuário de 1985: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo agropecuário de 1995/96: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo agropecuário de 2006: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo agropecuário de 2017: Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAZZARO, Agostino; XIBLE, Bella Melotti. **Nella Terra Dei Padroni: Os Italianos em Muniz Freire, 1889-1930.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

PENSSAN, Suplemento I. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Brasília: II VIGISAN, 2022.

Prefeitura Municipal de Muniz Freire (PMMF). **EDITAL DE Chamada Pública Nº 000002/2020 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.** Muniz Freire – ES. 2020.

Rodrigues, R. et al. **A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES.** Rio de Janeiro: Revista Demetra. 2017.

SCARIM, Paulo Cesar. **TERRITORIALIDADES EM CONFLITO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO CAPIXABA: O Desenvolvimento em Questão.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.